



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

A REALIDADE É O QUE É? UMA ANÁLISE CRÍTICA DA DESIGUALDADE SOCIAL NA CONCESSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS À POPULAÇÃO TRANSGÊNERA

LUIZ CARLOS DA COSTA BRAGA JUNIOR ¹

RESUMO

A transgeneridade tem sido pauta de discussão na contemporaneidade, sobretudo nas questões ligadas a execução e promoção de políticas públicas no Brasil. Falar sobre essa temática tem sido desafiadora, principalmente dentro de uma análise materialista, visto que assuntos ligados à transgeneridade não têm sido abordados com maior profundidade na perspectiva do Materialismo Histórico Dialético, apesar de que as discussões de gênero estejam presentes na teoria marxista, a transgeneridade ainda não tem se destacado como deveria no cenário acadêmico. Foi pensando nessa problemática que nos propomos a trazer para o debate o tema em questão e assim, poder compreender sob a ótica do Materialismo Histórico Dialético os condicionantes que contribuem para o processo de invisibilidade desse grupo social que tem seus direitos violados por fazerem parte de uma sociedade conservadora inserida no sistema capitalista que atribui pesos e medidas diferenciadas nas relações entre os gêneros.

Palavras-chave: Transgeneridade, Políticas Públicas, Capitalismo, Materialismo Histórico Dialético.

ABSTRACT

Transgenderness has been a topic of discussion in contemporary times, especially in issues linked to the execution and promotion of public policies in Brazil. Talking about this topic has been challenging, especially within a materialist analysis, since issues linked to transgenderity have not been addressed in greater depth from the perspective of Dialectical Historical Materialism, despite the fact that gender discussions are present in Marxist theory, transgenderity It has not yet stood out as it should in the academic scene. It was with

¹ Universidade Estadual da Paraíba



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

this problem in mind that we proposed to bring the topic in question into debate and thus be able to understand from the perspective of Dialectical Historical Materialism the conditions that contribute to the process of invisibility of this social group whose rights are violated for being part of a conservative society inserted in the capitalist system that assigns different weights and measures to relations between genders.

Keywords: Transgenderness, Public Policies, Capitalism, Dialectical Historical Materialism.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a discutir e a necessidade de promover e executar políticas públicas e garantia de direitos voltados ao público transgênero¹ no Brasil. Buscando identificar os condicionantes que favorecem o aumento da invisibilidade no tocante a concessão dos direitos, pois, ao tratarmos sobre políticas públicas direcionadas para as pessoas transgêneras, o que se destaca é o largo e profundo abismo que impede a efetivação e a garantia de direitos já conquistados, tendo em vista que o Estado se omite diante da realidade social apresentada. Com isso, aumenta-se o preconceito e a discriminação contra um público que socialmente é marginalizado e violado em seus direitos.

A “naturalização” e a imposição da heteronormatividade² na sociedade brasileira é fruto de um machismo tóxico que ganha força por meio de um sistema patriarcal que oprime o gênero, sobretudo a mulher, dessa forma, tudo que está relacionado ao universo feminino sofre opressão e se insere em constante desigualdade social. Nesse sentido, tudo que

¹ ‘transgêneros’, que são travestis, transformistas, transgenderistas, drag queens, cross-dressers, transexuais também e mais nada, e que engloba todos, todos esses grupos. Qualquer desses grupos pode ser homossexual, como heterossexual, como bissexual, por isso não engloba homossexuais, mas desde o momento que sejam ‘transgender’ [...] (JAYME, 2001b).

² A heteronormatividade, desde uma perspectiva que enfatiza o caráter produtivo da linguagem, é problematizada como um padrão de sexualidade que regula o modo como a sociedade ocidental está organizada (PETRY e MEYER, 2011)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

foge dos padrões do binarismo³, ou seja, tudo que não condiz com a heteronormatividade, é taxado como “errado”. Essa forma de pensar as relações sociais requer uma análise crítica da realidade social, visto que para entender a realidade em toda sua totalidade, é necessário utilizar o método adequado.

Por esse motivo, a pesquisa parte de uma discussão crítica e analítica que só é possível por meio da perspectiva do Materialismo Histórico Dialético, visto que essa abordagem nos condiciona a enxergar a realidade social, não apenas pelos fatos ou aparência, mas por toda sua totalidade, não apenas pela racionalidade, mas por todo o processo que a envolve, considerando sua historicidade, suas causas, seus efeitos e suas consequências, pois a realidade vai refletir no social e este produz suas próprias condições objetivas e subjetivas de existência. Dessa forma, busca-se capturar não o que está aparente, mas sim a essência daquilo que será analisado em sua profundidade.

O Materialismo Histórico Dialético nos faz entender a historicidade do ser/objeto como este se apresenta em uma realidade que é dotada de contradições e síntese de muitas determinações. É por meio desse método que compreendemos o processo de mudança que acompanha a sociedade. Vale destacar que os indivíduos sociais estão inseridos em um mundo que é regido por uma ordem e que essa ordem só é possível por meio da mediação entre objetividade e subjetividade, ou seja, entre o mundo e a razão, entre a aparência e a essência.

É por meio da discussão crítica e analítica da realidade social a qual está envolvida a população transgênera que podemos entender a importância de se elaborar e efetivar políticas públicas, principalmente em tempos de ideologias facistas e extremamente conservadoras que semeiam o ódio e naturaliza a violência contra as minorias sociais, impossibilitando o acesso aos direitos e contribuindo para a invisibilidade dos/as mais vulneráveis e assim, ocasionando uma desigualdade que se reflete principalmente nas relações de gênero.

³ “o binarismo de gênero é uma ideologia construída pela afirmação de mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável. Como qualquer ideologia, ele produz um ocultamento da realidade social, destinado a esconder das pessoas o modo real como as relações sociais são produzidas.” (CFESS, 2016).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na contemporaneidade vivenciamos uma onda de preconceito e discriminação que se manifesta com “naturalidade” em nossa sociedade. Tais comportamentos não se manifestam apenas nas relações sociais, mas também no acesso as políticas públicas, pois o Estado negligencia as problemáticas presentes na sociedade, sobretudo no que se refere a população transgênera, e favorece a invisibilidade do direitos sociais, ocasionando uma violação que se converte em violência institucional, negando o acesso e a efetivação de políticas públicas.

Essa realidade cheia de contradições impacta profundamente de forma negativa na vida daqueles/as que são considerados/as “diferentes” por não se enquadrarem nos padrões da heteronormatividade. Como consequência disso, observamos o descaso e a negligência presentes na sociedade e nas instituições que a compõe, como o Estado, a família, a escola, a igreja, etc, que por não dar um suporte necessário e adequado as pessoas transgêneras, condicionam esses indivíduos a viverem segregados e violados dos seus direitos. Dessa forma, essa pesquisa nos faz refletir e analisar como que a transgeneridade tem sido invisibilizada na contemporaneidade, e como que a realidade social e suas contradições vão influenciar no cotidiano de cada indivíduo da sociedade, considerando que na perspectiva marxiana ontológica, o indivíduo singular é o resultado do processo social.

2. Somos parte de uma totalidade: a realidade social das pessoas transgêneras compreendida através da perspectiva crítica-dialética

Entender a realidade social é saber que a mesma é repleta de contradições e que sua análise deve ser feita de forma crítica. É por intermedio do movimento do pensamento que encontramos as leis fundamentais para compreendermos a organização social. Nesse sentido, a realidade concreta, pensada e interpretada em seus mais diversos e contraditórios aspectos, passa a sofrer mudanças de acordo com o contexto que está inserida. De acordo com K. Kosik (1976, p. 35), “o conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade, explícita ou implícita”.

O capitalismo trouxe ao mundo uma nova forma de se viver em sociedade. A concepção de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

classes sociais ocasionou as diferenças e intensificou as desigualdades sociais. O conhecimento passou a ser questionado com o surgimento das classes sociais e, dessa forma, as classes sociais se tornaram os sujeitos fundamentais da história. Nesse sentido, observamos que a história não é determinada pelos indivíduos que compõem as classes sociais, mas pelos interesses impostos pelas classes sociais e, é a classe dominante (a burguesia) quem vai deter não apenas a riqueza produzida, como também e, principalmente, as ideias e os valores. Essa apropriação de ideias e valores proporciona a classe dominante determinar uma concepção de mundo na qual todas as demais classes devem se submeter.

Porém, vale destacar que apesar das classes sociais determinarem suas perspectivas, são os indivíduos inseridos nelas que vão criar teorias e explicar as concepções de mundo. Essa concepção de mundo vai surgir mediante a junção de inúmeros fragmentos que se articulam de forma efetiva, recíproca e determinada. São os indivíduos que vão ativamente interpretar a realidade existente no mundo enquanto relação objetiva e na razão enquanto relação subjetiva.

Qualquer ação que pretenda transformar o mundo em sua totalidade e não apenas alguma parte dele pressupõe que este mundo seja, de fato, uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes essencialmente articuladas entre si, que haja uma hierarquia entre as partes que o compõem e que exista algo – uma substância – que confira unidade e, pelo menos, uma certa permanência a esse conjunto. Não faria sentido pleitear uma mudança integral do mundo se ele fosse apenas um amontoado de partes aleatoriamente conectadas (TONET, 2013, p. 68).

Vale destacar que foi com o advento do capitalismo que ocorreu alterações significativas não apenas da economia, mas também em todas as dimensões da atividade humana, como por exemplo, na política, na arte, na área jurídica, na educação, na filosofia e principalmente na ideologia, que influenciou nas relações dos homens entre si, seja no individual ou no coletivo.

O individualismo passou a se naturalizar nas relações sociais, pois o homem se distanciou da natureza e se aproximou da sociedade, cuja mesma se tornou mais complexa, conseqüentemente, o homem também se complexificou. Dessa forma, o homem enquanto ser, passou a ser o construtor de sua própria história, essa construção se deu



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pelas relações sociais em que o homem enquanto ser social vai interagir com o seu semelhante, seja de forma individual ou coletiva.

Podemos observar que “as relações sociais são estruturais de exploração e dominação” (FERREIRA, 2018, apud CISNE e SANTOS, 2018, p.12- 13). Essas relações envolvendo os sexos são configuradas através da desigualdade de poder, contradição e conflitos. São essas relações sociais cheias de conflitos e contradições que contribuem para o processo de produção e reprodução da exploração da força de trabalho e das opressões e repressões presentes na sociedade. O fato de estarmos inseridos em uma sociedade patriarcal, capitalista e conservadora, permiti-nos perceber o quanto que se torna difícil, principalmente para as minorias sociais, conquistar um lugar nessa sociedade e garantir direitos que são violados em decorrência da discriminação e do preconceito enraizados na cultura de um povo.

É nesse contexto de transformações de mundo que adentramos na discussão da realidade social e das contradições presentes na sociedade, pois estamos inseridos em um sistema social cujo o patriarcado é predominante e a opressão de gênero se manifesta por meio das desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres. Nesse sistema social heteronormativo e conservador, tudo que está ligado ao universo feminino passa a ser visto com inferioridade, causando “estranheza” a concepção ideológica do patriarcado vai impor o binarismo como regra nas relações entre homens e mulheres e tudo que foge desse binarismo, é taxado como “diferente”.

O gênero, no contexto da construção social, vai responder às atribuições e determinações impostas a ele pela sociedade. Nesse sentido, às diferenciações sexuais atribuem papéis sociais que são construídos “sobre “fêmea” (atributo natural), e a “mulher” (construção social), o mesmo ocorrendo em relação ao homem”. (SOUZA e VELOSO, 2015, p. 14).

A concepção de gênero representa uma “categoria social, histórica” (SAFFIOTI, 2015), que no capitalismo de acordo com Cisne e Santos (2018) vai se manifestar através dos “atos, valores, decisões concretas dos indivíduos nas diferentes modalidades da práxis social que desenvolvem”. Nesse sentido, os sujeitos são construídos por intermédio das relações sociais através do desenrolar dos processos subjetivos e objetivos que obtém duas faces de um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mesmo processo, ou seja, “homens e mulheres fazem a história, produzindo objetivações através de suas práticas sociais e, simultaneamente, apropriando-se de seus resultados, isto é, reapropriando-se subjetivamente da história que fazem” (SAFFIOTI, ALMEIDA e CANÇADO, 1992, p.2).

O conservadorismo dentro da sociedade capitalista tem tido uma ascensão que é percebida e sentida por diversos grupos sociais, como por exemplo, as/os LGBTQIAP+⁴ que têm seus direitos violados e negados mediante os projetos de leis que visam à destruição desses direitos conquistados com lutas diante da exploração de um sistema massacrante e repressor.

Esses direitos violados se configuram de inúmeras formas tais como, os desrespeitos em relação ao uso do nome social, a forma de se dirigir a uma pessoa transgênera de acordo com o gênero em que ela se identifica, a proibição do uso dos banheiros femininos para mulheres trans, ou dos banheiros masculinos para os homens trans, por exemplo. É importante destacar que esse conservadorismo não é um movimento espontâneo, porém, articulado e consciente. De acordo com Iamamoto (2000, p. 21-22), esse conservadorismo se apresenta como:

(...) fruto de uma situação histórica específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista. É este, segundo Mannheim, o ambiente sociológico do conservadorismo moderno, isto é, do tradicionalismo tornando consciente como um “contra-movimento”, oponente histórico das tendências da ilustração. (...) a fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2000, p. 21-22).

Nesse contexto de heteronormatividade, as pessoas transgêneras são colocadas a margem da sociedade, pois são discriminadas e marginalizadas, conseqüentemente, lhes são negados direitos fundamentais, contribuindo para a invisibilidade das mesmas. O Estado enquanto instituição promotora de políticas públicas se mostra omissa diante da

⁴ LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pansexuais/Polissexuais e mais, que compreende as sexualidades e/ou identidades vinculadas ao campo da diversidade sexual e de gênero como os não-binários e drag queen.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

realidade social repleta de problemáticas, dando respostas superficiais e pautadas na imediatividade, visando apenas o que está aparente e não buscando compreender os fatos em sua essência, ou seja, para o Estado que atende as determinações e interesses da burguesia capitalista, não há interesse em conhecer a realidade social em sua profundidade.

Para a burguesia, o conhecimento da realidade social se pauta na reprodução da sociabilidade, principalmente no que se refere as relações sociais estabelecidas na compra e venda da força de trabalho, criando indivíduos complexos, vivendo em sociedades complexas. Dessa forma, começa-se a busca pela transformação da realidade social que se dá de maneira radical.

Essa transformação da sociedade vai refletir principalmente na classe trabalhadora, pois a mesma ao adquirir o conhecimento, passa a se enxergar como classe para si, ou seja, passa a ter consciência de que está inserida em um processo de exploração e opressão. É em meio a esse processo de desigualdades que a classe trabalhadora busca adquirir o conhecimento da realidade social e passa a compreendê-la pela sua totalidade, tendo consciência de que ela é parte dessa totalidade.

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. (...); portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio (MARX e ENGELS, 2009, p.67).

Nesse contexto de pertencimento de uma totalidade, as pessoas transgêneras passam a reivindicar o seu espaço na sociedade como parte dela, buscando a efetivação dos seus direitos e das políticas públicas que as contemplem, porém, a segregação social as marginaliza. Isso se dá pelo fato de que na sociedade patriarcal heteronormativa, predomina um forte conservadorismo que faz distinção de gênero, raça/etnia, classe social.

As atividades/ações sociais exercidas pelo homem natural humano são resultados do processo de sociabilidade humana. O ser social se complexifica por meio de sua essência e fenômeno que são produtos do processo histórico. Essa complexificação pode refletir de forma negativa nas relações sociais. Ao conhecer a realidade social em sua profundidade o homem, enquanto ser social, deve ter noção de que viver em sociedade é ser parte de uma totalidade, assim como um organismo biológico precisa possuir partes com determinadas funções necessárias ao seu funcionamento e que quando uma dessas partes



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

adoece afeta a todas as outras, assim é o homem em suas relações sociais, para se viver de forma saudável em uma sociedade é necessário que se busque soluções para as inúmeras problemáticas e contradições que impactam no convívio social.

Mas o que vemos é justamente o contrário, cada vez mais o homem se individualiza e busca suprir seus próprios interesses. A intolerância ao que é considerado “diferente”, seja em qualquer área da vida, tem se intensificado. Como resultado disso, vivenciamos uma onda avassaladora de preconceito e discriminação fortalecida por um discurso de ódio que traz o adoecimento social. Nesse sentido, as pessoas transgêneras passam a ser alvos de toda forma de violência, principalmente a violência institucional exercida pelo Estado. Nesse contexto, o indivíduo dentro desse sistema é segundo Ferreira (2017, p. 157):

forjado sobre uma base material e um interesse concreto. Assim, acaba favorecendo a ofensiva capitalista patriarcal que o Estado vai manter através dos “mecanismos dominantes de produção de consensos” aprofundando o conservadorismo e reeditando “os apelos familistas e maternalistas e reavivam as ideologias facistas (FERREIRA, 2017, p. 187).

A não efetivação de políticas públicas e concessão de direitos faz com que essas pessoas não tenham visibilidade social, a falta de um olhar empático do poder público e judiciário para a questão trans, ocasiona inúmeras barreiras, ampliando-se as dificuldades em efetivar os direitos garantidos por lei. A exclusão social e a negação aos espaços sociais passam a ser uma forma de violência que está inserida como uma das tantas expressões da questão social.

O enfrentamento da transfobia deve ser pauta de urgência na elaboração de políticas públicas, haja vista que as pessoas transgêneras estão inseridas em um sistema de repressão e opressão que vivenciam no seu cotidiano o desmontes de seus direitos sociais e civis conquistados com lutas incessantes por reconhecimento.

No entanto, é primordial que se tenha as ferramentas adequadas para o enfrentamento das desigualdades que circundam as questões ligadas a defesa dos direitos humanos e isso só é possível com a aquisição de um conhecimento profundo da realidade e um olhar crítico no sentido de entender os problemas sociais e se posicionar como intervencionista de políticas públicas que contemplem a todos/as de forma igualitária, sem distinção de sexo, gênero, raça/etnia, crença ou classe social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

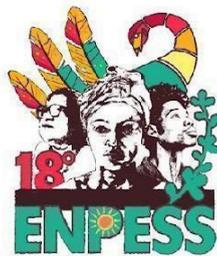
3. Considerações finais

Diante dos desafios impostos pela ofensiva do sistema patriarcal fortalecido pelo capitalismo conservador que segrega os indivíduos por classe social, raça/etnia e gênero, se faz necessário levantar o debate de forma crítica e analítica da realidade social, sobretudo na contemporaneidade em que vivenciamos um retrocesso fundado em ideologias de cunho fascista que traz a cena o preconceito e a discriminação e naturaliza esses atos para justificar a violência exercida sobre as minorias sociais.

Essa análise crítica da realidade social cheia de contradições, só foi possível por meio da perspectiva ontológica do ser social que ao se inserir no coletivo social, ou seja, vivendo em sociedade, compartilha das suas complexidades. Sabemos que o ser social é, além de social, histórico e possui uma totalidade que não se dá simplesmente pela soma de partes, mas sim por um processo cumulativo de conhecimento de sua realidade social.

Nesse contexto de conhecimento da realidade, nos pautamos em discutir a população transgênera e suas problemáticas, sobretudo no que se refere a concessão de direitos e a execução de políticas públicas. Tendo a consciência de que essas pessoas, apesar de já conquistarem alguns espaços, tem sido violadas em todas as áreas de suas vidas, e sofrem todo o tipo de violência, principalmente a violência institucional por parte de um Estado que se mostra omissivo em garantir os direitos fundamentais de uma minoria social que vivencia a exclusão e é colocada a margem da sociedade.

Essa compreensão histórico-social da realidade da população transgênera, nos permitiu fundamentar com base em um discurso marxista, a concepção que se tem de mundo, ou seja, nos permitiu enxergar, através de um olhar crítico, a essência daquilo que se apresenta para nós. O conhecimento profundo da realidade social nos mostra que ela não se constrói de forma subjetiva, mas sim de forma objetiva, concreta. Dessa forma, mesmo que a realidade mude, se transforme, ela continua sendo o que ela é de fato. O homem enquanto ser social, deve por meio da práxis buscar entendê-la e se adequar a nova concepção de mundo que a realidade impõe. É por meio do conhecimento da realidade social que podemos identificar as problemáticas que existem na sociedade em sua totalidade. Só assim, é que vamos superar toda forma de opressão, exploração, dominação, preconceito e discriminação do homem pelo homem, favorecendo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

possibilidades de plena realização para todos os indivíduos.

REFERÊNCIAS

CFESS. Transfobia. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014 – 2016). Série: Assistente social no combate ao preconceito, Brasília – DF, 2016.

CISNE, Mirla. Feminismo, diversidade sexual e serviço social / Mirla Cisne, Silvana Mara Moraes dos Santos. – São Paulo: Cortez, 2018. – (Biblioteca básica do serviço social; v.8).

FERREIRA, Verônica M. Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências. Tese (Doutorado em Serviço Social)

– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Ensaios críticos. 3. Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

JAYME, J. G. Montar-se: discutindo corpo e incorporação entre os transgêneros. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 4., 2001a, Curitiba. Sentidos do Gênero. Curitiba: UFPR, 1994. p. 20. Grupo de trabalho. Mimeografado; . Travestis, transformistas, drag queens, transexuais: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa. 2001b. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) —Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PETRY, A. R., & Meyer, D. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. Textos & Contextos (Porto Alegre), 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7375/6434>. Acesso em: 06 maio. 2024.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S.; CANÇADO, M. E. R. A.. A rotinização da violência contra a mulher: o lugar da práxis na construção da subjetividade. Congresso Internacional América 92: Raízes e Trajetórias – USP/São Paulo, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. – 2. Ed. – São Paulo : Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. Gênero e service social: desafios a uma abordagem crítica / Vanessa Bezerra de Souza, Renato Veloso. – São Paulo: Saraiva, 2015.

TONET, Ivo, Método científico: uma abordagem ontológica / Ivo Tonet. – São Paulo: Instituto Lukács, 2013, 136 p.